

# • Nacional

## EDUCAÇÃO



José Mindlin

### “Tecnologia é importante mas não é prioridade”

por Mariluce Moura de São Paulo

O empresário José Mindlin, presidente da Metal Leve, em palestra sobre “Tecnologia e Desenvolvimento”, disse ontem que “tecnologia é fator importante de desenvolvimento, mas não é a grande prioridade nacional”. Nesse enfoque que permite articular conhecimento tecnológico com desenvolvimento sócio-econômico do País, “a grande e verdadeira prioridade nacional é a educação”, acrescentou ele.

“Só a educação cria condições para que ‘um povo reivindique as soluções para cada um dos seus problemas’, inclusive as soluções tecnológicas que integram determinadas linhas do desenvolvimento, segundo o empresário. ‘Lamentavelmente a resistência à educação ampla no Brasil, intencional ou subconscientemente, vem se mantendo ao longo dos tempos. E romper com isso é a verdadeira prioridade’, disse.

Mindlin fez a palestra dentro do seminário “Os Males do Brasil são...”, promoção do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que reúne semanalmente economistas, empresários e políticos para debater questões nacionais relevantes. Além dele, abordou o mesmo tema a economista Maria da Conceição Tavares.

O empresário desenvolveu um raciocínio circular, a partir da identificação da passividade e do escasso exercício da cidadania como os grandes males do

Brasil contemporâneo. Depois de percorrer rapidamente os processos de aquisição de tecnologia pelo setor produtivo desde os anos 50, até chegar a uma avaliação do processo de abertura da economia proposto pelo governo Collor, ele disse que “é preciso se interrogar que tipo de desenvolvimento queremos e para que. E para chegar efetivamente a essas respostas, há que se romper com a passividade e reforçar o exercício da cidadania”.

Mindlin criticou tanto os riscos embutidos na completa dependência à tecnologia desenvolvida em outros países quanto a ilusão da auto-suficiência tecnológica. “É um imperativo da economia globalizada o esforço da capacitação própria, combinado ao uso de tecnologias desenvolvidas fora do País.” Criticou também o processo de abertura econômica do governo Collor, que “embora na direção correta confundiu política industrial, que se faz para resultados a médio e longo prazos, com combate à inflação, de que se esperam resultados a curto prazo”.

Uma abertura precipitada, com redução de tarifas “dada graciosamente ao resto do mundo, sem a negociação de contrapartidas”, não poderia tornar a indústria brasileira mais competitiva, segundo o empresário, “porque capacitação tecnológica não se improvisa. O governo teria que fazer uma sinalização consistente ao empresário antes de praticar uma abertura precipitada”.

A economista Maria da Conceição Tavares deteve-se em seguida sobre a necessidade “irrecorrível” que a indústria brasileira tem de se tornar competitiva, para que o País possa pensar em desenvolvimento. Ela analisou uma série de pré-requisitos sistêmicos (inclusive base de financiamento interno e externo) e no nível da própria empresa que se apresentam para que se alcance esta competitividade, dentro de um quadro “insólito”.

Ela explicou o que há de insólito no quadro brasileiro: “Temos a resolver ainda uma agenda política do século XVIII, que é a manifestação da sociedade civil para criação de uma democracia representativa moderna. Graças a Deus, a sociedade civil está se manifestando nesse momento”. Simultaneamente, há uma agenda social “do fim do século XIX, que se refere às questões básicas dos direitos trabalhistas, ainda a exigir soluções”.